

Unidades de Conservação e mapeamentos: permanências e conversões

Doralice Barros Pereira¹

“Hoje, apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade...”
(HORKHEIMER e ADORNO)

O Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais é composto por conflitos e pressões, que, implícita ou expressamente, tocam as pessoas e seus lugares. Como instrumento que pode “dar a conhecer” as “realidades vividas” mineiras, o mapa contou com narrativas oriundas de distintas fontes e segmentos sociais no período de 2007 a 2010. Esses elementos, plotados no Mapa, podem ser atualizados, pois a *web*, mediante a inserção de novas informações, descongela fenômenos e fatos no tempo/espço.

Testemunho das lutas que salvaguardam as tradições e expressões culturais herdadas de nossos ancestrais e transmitidas aos nossos descendentes, o mapeamento é uma chave para a visibilidade/invisibilidade de fenômenos e informações. Com ele, podemos ultrapassar a percepção de um mundo que, por vezes, oculta a produção das experiências/lutas que as pessoas levam no seu dia-a-dia. Aqui nos remetemos à Larrosa (2002), para quem a experiência pode ser traduzida como aquilo que nos passa, nos acontece e nos toca. O saber da experiência, distinto do saber científico, do saber da informação, provém de uma práxis diversa daquela que se funda a partir da técnica e do trabalho. Sua essência está vinculada ao modo como os seres humanos respondem àquilo que lhes acontece ao longo da vida, atribuindo sentido a esses acontecimentos. É um saber que revela ao homem o seu sentido ou o sem-sentido da sua existência. A construção de um projeto político de transformação social convoca também os intelectuais, que, segundo Santos (2001), devem ter disponibilidade permanente para a crítica, para a autocrítica e para dizer a verdade, mantendo-se coerentes, características imprescindíveis para a realização de mudanças.

A produção de espaço das/nas pelas Unidades de Conservação-UCs em seus distintos momentos, detém permanências/contendas, que são replicadas em lugares mineiros/brasileiros quanto à sua criação, instituição e consolidação. Para capturá-las, o mapa possibilita evidenciar as relações entre homem/natureza e até mostrá-las como algo apartado dele e, portanto, manipulável.

¹ Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço eletrônico: pereiradb@yahoo.com.br.

As presentes reflexões entrelaçam as permanências e conversões das UCs face às suas potencialidades e fragilidades, bem como dos mapeamentos quanto ao que podem representar e produzir em termos de espaços, práticas e lutas.

Introdução

A análise espacial alia níveis de importância intelectual, cognitiva e afetiva, qualificando e aprofundando a reflexão, além de contribuir para a aquisição de autonomia, criatividade e senso crítico. As unidades de conservação, como produtoras de espaços, abraçam possibilidades e limitações frente aos modos de representá-las². Na escolha das escalas, privilegiam-se ou não os interesses dos múltiplos segmentos sociais. Lembramos que o Brasil não foi constituído a partir de uma perspectiva de nação ou de país, mas de projetos de exploração ecológica, sob o mito da natureza inesgotável e da prevalência de espécies exóticas sobre as nativas, em uma lógica de ocupação e controle do território justificável por suas matrizes econômicas (PÁDUA, 2004).

A pesquisa “geográfica” serve-se do trabalho de campo e da geração de mapas, cujas descobertas angariam informações e dados sobre os espaços. O volume e a clareza das informações subsidiam proposições de distribuição e controle sobre o espaço, auxiliando na sistematização do saber. Em uma visão holística e de síntese qualitativa, o trabalho de campo e os mapas visam reunir respostas ou interpretações voltadas aos elementos do/no espaço, em seus arranjos e finalidades. A articulação de nexos, eixos e leituras da realidade proporciona o interagir conjunto de usuários/moradores, técnicos e tomadores de decisão.

Nesta via, os mapas, um dos instrumentos de tradição geográfica, além de representarem/apresentarem entendimento(s) da(s) realidade(s) e do(s) espaço(s), frequentemente incitam a própria produção espacial. Para ilustrar, em 1911, o primeiro “Mapa Florestal Brasileiro”, contendo descrição detalhada dos biomas e de seus estados de conservação, gerou o Decreto 8.843, de 27/07/1911, que delimitou uma Reserva Florestal no Acre, com 2,8 milhões de hectares. Uma iniciativa expressiva para a época, na qual o mapeamento foi fundamental ao indicar onde, no território, seriam necessárias UCs.

²Para Lefebvre (1983, 62), as *representações* não são simples fatos, nem resultados compreensíveis por sua causa, nem simples efeito; não são nem falsas nem verdadeiras, mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas aos problemas reais e falsas na medida em que dissimulam objetivos reais. Toda realidade é mais rica do que a representação que se possa ter desta, contudo, a representação não pode ser entendida desvinculada das práticas sociais e do contexto no qual se insere. Assim, Lefebvre desloca a representação para o âmbito da ação, tirando-a da esfera exclusiva do pensamento.

Grandes aportes tecnológicos e tecnologias de ponta possibilitam-nos localizar com precisão, ver, constatar, além de monitorar não importa que elemento... Essas ferramentas propiciam a um melhor e maior conhecimento do/sobre o mundo, em seus conteúdos, funcionamento e formato.

Na ânsia de apreender cada vez mais, o Simulador da Terra Viva destaca-se ao pretender simular a totalidade da Terra e “ampliar o entendimento científico sobre o que acontece no planeta, encapsulando as ações humanas que moldam as sociedades e as forças ambientais que definem o mundo físico” (MORGAN, 2010). Para Dirk Helbing, do Instituto Federal Suíço de Tecnologia, dirigente do projeto FuturICT, que criou o simulador, “necessita-se de um acelerador de conhecimento para fazer colidir diferentes ramos do conhecimento” (MORGAN, 2010).

Unidades de Conservação-UCs: explorações

Sem resgatar a trajetória histórica das áreas protegidas, lembramos que o uso do território deriva da combinação dos diversos recursos de sua organização, que, por sua vez, originam-se de uma dada circunstância histórica e das forças sociais. A regulação, cujo conjunto de normas (jurídicas, costumes, etc.) emana das negociações entre Estado, mercado e sociedade civil, condiciona dinâmicas e transformações na organização territorial e tende a legitimar usos para as UCs.

Assim, desde 2000, as unidades de conservação foram divididas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em dois grupos: as *Unidades de Proteção Integral* (Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Nacionais e Refúgios de Vida Silvestre) e as *Unidades de Uso Sustentável* (Áreas de Preservação Ambiental, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Faunas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Em 2002, com a regulamentação do SNUC, adicionou-se a obrigatoriedade de consultas públicas precedentes à criação das Unidades de Conservação. Além disso, determinou-se que sejam definidos critérios claros para os planos de manejo e para a gestão, a qual deverá ser compartilhada com as Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP). Também deverão ser definidos os procedimentos a serem adotados com relação às populações residentes nas Unidades de Proteção Integral.

Apesar dessas determinações, na maioria dos casos, persistem desafios a serem vencidos. O tempo, os meios e os modos utilizados na realização de consultas públicas relativas às UCs são insuficientes para mobilizar as pessoas direta ou indiretamente envolvidas na sua criação. Nessas condições, muitos dos envolvidos não entendem o significado dessas unidades e quais serão as implicações no seu dia-a-dia. Também não entendem o processo através do qual é definida a categoria da UC pelo

órgão responsável e se essa definição condiz com a realidade local, o que demanda dos técnicos no processo outras habilidades além daquelas que suas formações profissionais normalmente exigem.

Nesse contexto, a criação do Parque Nacional Sempre-Vivas, na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, é um exemplo típico.

As sempre-vivas, do gênero *Syngonanthus*, constituem-se em importante fonte de renda para comunidades extrativistas. Algumas espécies coletadas foram consideradas ameaçadas de extinção por órgãos ambientais e pesquisadores, o que levou à criação do parque e à suspensão da coleta.

O IBAMA, em 2007, chegou a apontar a coleta descontrolada das sempre-vivas como um dos principais motivos para sua extinção, ainda que, posteriormente, baseando-se em relatório da organização-não governamental Terra Brasilis (1999), tenha reconhecido que pelo menos 5.000 famílias na região de Diamantina/MG dependiam dessa coleta para sua sobrevivência (MONTEIRO, 2010).

Nos últimos anos, os/as apanhadores de campinas - ou flores sempre-vivas - vêm se mobilizando para compreender seus direitos, até então negligenciados, com a adoção de medidas judiciais que impeçam sua expropriação. Um dos caminhos adotados, a modificação da categoria Parque para a de Reserva Extrativista (Resex), ainda não foi definida como estratégia única ou consensuada. Ainda é uma discussão em processo de amadurecimento.

A redução dos meios de subsistência para as comunidades residentes em áreas protegidas e a criminalização das atividades extrativistas dificultam a compreensão dessas comunidades quanto às novas práticas de preservação da natureza. Nem sempre o ambientalmente correto segue junto com os anseios sociais (MORAES, 1997). O encontro do ponto de equilíbrio entre norma técnica e justiça social desconhece facilidades.

O avanço do diálogo com os atores locais requer a “participação” efetiva das comunidades residentes nas áreas protegidas. É fundamental fazer interagir seus saberes com os saberes científicos, suprimindo-se qualquer hierarquia entre os conhecimentos, sejam eles sociais, políticos ou econômicos. A “comunidade” mobiliza-se em situações de conflito, para a defesa de seu território ou para a construção de projetos comuns. Na busca do reconhecimento de seus direitos, a própria comunidade se reconstrói como esfera de ação coletiva (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005).

Isso não significa que as comunidades locais possam agir da maneira que quiserem; pelo contrário, uma consciência ambiental sólida irá encorajar uma abordagem normativa e regulamentada. As variadas estruturas comunitárias encontram dificuldades na organização e desenvolvimento das

UCs, porque não identificam as normas como desejáveis, para respeitá-las por si próprias. Nos mapas, tais arranjos são passíveis de serem representados em distintos períodos e múltiplas escalas.

Para a gestão compartilhada, a aproximação com as Organizações Sociais de Interesse Público é iniciativa profícua em alguns casos. Por exemplo, na delimitação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), os limites foram reduzidos de 30 mil ha para 13.400 ha, face ao número de agricultores familiares com pequenas propriedades no seu entorno. Com a regularização dos limites e diante da possibilidade de áreas remanescentes de Mata Atlântica virem a se tornar RPPNs, Iracambi e seus parceiros (Associação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural e Outras Reservas Privadas de Minas Gerais-ARPEMG, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa e do Território Rural da Serra do Brigadeiro, que abrange nove municípios) estão dispostos a criar e fortalecer uma rede de conservação de terras privadas. Iracambi possui credibilidade suficiente para desenvolver e expandir um projeto piloto como esse. Há vários anos, a OSCIP Associação Amigos de Iracambi vem participando ativamente de conselhos representativos com o objetivo de favorecer os municípios com o repasse do ICMS Ecológico previsto na Lei nº 13.803/2000 (Lei Robin Hood), e incentivar a criação de APAs no entorno do PESB (Associação de RPPN e Reservas privadas de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.arpemg.org.br/modules/AMS/>>. Acesso em: 08/01/2011).

Os planos de manejo, base para o funcionamento e manutenção das UCs, nem sempre são realizados, entre outros motivos, por falta de recursos financeiros ou técnicos, dentre outros motivos. Segundo o ICMBio, de maio de 2008 a março de 2010, foram apresentados 30 planos de manejo (nem 25% do necessário para o conjunto das UCs brasileiras). Até fins de 2010, outros 36 planos deveriam ter sido elaborados e outros 62 deverão ser apresentados em 2011. A prioridade do ICMBio foi direcionada para os Parques Nacionais e Reservas Extrativistas (MMA, 2010).

O plano de manejo agrega um zoneamento de UCs que pode se postar como fruto de uma autosssegurança concebida e administrada. A ideia de perenidade embutida no mapa de zoneamento negligencia, por exemplo, diferenças regionais e de classes, por exemplo. O plano de manejo destina-se a identificar práticas que evidenciem diferentes usos/apropriações dos territórios.

O tratamento dispensado aos residentes em áreas priorizadas para proteção esbarra, quando da efetivação das UCs, em conflitos concernentes à propriedade privada da terra e sua apropriação frente às restrições de uso. Para melhor entender as disputas, remetemo-nos aos conceitos de apropriação e de propriedade:

a apropriação está referenciada a qualidades, atributos, ao passo que a propriedade está referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro (que delimitando o uso tende a restringi-lo)(...) as relações de propriedade invadem domínios amplos da existência e prescrevem identidades e coerências. Tem-se dois momentos: o *racional*, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica (medir, quantificar, comparar...invadir os mais profundos e complexos conteúdos da vida social), e outro o da *apropriação*, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra. Em Lefebvre os conflitos entre esses dois momentos são essenciais ao possibilitar ampliar a idéia de natureza (SEABRA,1996, 71-5).

Os conflitos constituem embates: “envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território” e despontam com a iminência de uma ameaça proveniente de “impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004, 26).

A fim de minimizar os conflitos pós-SNUC, o governo federal criou o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), por meio do Decreto 5.758, de 13/04/2006. Ele visa “orientar as ações para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativas, manejadas de forma sustentável e integrar áreas terrestres e marinhas mais amplas, até 2015”. O PNAP prioriza o “desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável das áreas protegidas”, o “reconhecimento e fomento das diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais” e a “sustentabilidade técnica e financeira, assegurando continuidade administrativa e gerencial na gestão das áreas protegidas”.

Entretanto, o pano de fundo permanece aquilo que Acselrad (2004, 21) nomeou a “Natureza a conservar e a Natureza ordinária, aberta aos apetites econômicos” face às intervenções que ocorrem nas UCs. Na maioria das vezes envoltas com o *dever* local, as ações e mobilizações sociais nem sempre têm claros a extensão e o desgaste dos embates que irão vivenciar. Isso porque os zoneamentos, muitas vezes, mapeiam áreas sem que as pessoas possam tomar conhecimento, opinar ou se opor a eles. A maneira como o espaço é arranjado/representado desintegra as comunidades (ou os grupos sociais). Assim, face à precariedade do processo, ocorre uma cisão entre o que de cultural deve ser preservado e o que a área protegida deve comportar de urbano. Fortuitamente, a comunidade usuária ou moradora fica à mercê de estratégias discursivas que tendem a (re)distribuir o poder sobre os recursos e a encobrir contestações, as quais afloram do corporativismo territorial. É de se indagar, pois: quais mudanças podem advir e reorganizar as estruturas de poder e, por conseguinte, a prática cotidiana, em contextos de extrema precariedade?

O zoneamento urbano, por exemplo, não se furta, através de múltiplos traçados, em determinar áreas de expansão para os diversos capitais, em especial o imobiliário, como é o caso da Mata do

Isidoro ou Granja Werneck em Belo Horizonte, que será detalhado mais a frente. O problema é que o zoneamento pode desconhecer as precariedades materiais (fornecimento de serviços e equipamentos urbanos) que estão sujeitas as comunidades da franja peri-urbana³ (espaço resultante da interseção rural-urbana). Essas comunidades carecem também de espaços verdes e da preservação cultural de suas práticas sociais, compreendidas por Seabra (2003) como as relações de vizinhança, de compadrio e de parentela inscritas no espaço - o do morador.

Na percepção da necessidade de mudanças, o mapeamento certamente contribui para a discussão sobre o significado da escala e da resolução, indispensáveis a um espaço representado. Desse modo, um mapa permite compreender as relações entre “os lugares quanto à distância ou localização” e a representação de “diferentes espaços, estabelecendo a “síntese” sobre um determinado território em um dado momento histórico” (DEL GAUDIO, 2003). A escala é uma das chaves de explicação geográfica, garantindo a coerência mental e a restituição física. Constitui, pois, um dado fundamental, pois os usuários/moradores, frequentemente, possuem o entendimento 1:1 da realidade. Muitas vezes é difícil efetuar a abstração do arranjo espacial representado nas escalas utilizadas pelo planejamento. O contrário também ocorre, ou seja, o planejador encontra dificuldades em abstrair da realidade vivida os elementos necessários para montar um arranjo técnico que apreenda e represente as relações valoradas e não-materializadas. Como dar concretude e espacializar relações imateriais? Os usuários/moradores nem sempre conseguem eles mesmos de reconhecerem no mapa ou serem pelos técnicos reconhecidos. É necessário, pois, entender o papel da escala, primeiro atributo a descrever um dado geográfico e a expor a relação entre realidade e sua interpretação.

Nos mapeamentos, a operação de identificação segue a de classificação (ou seja incluir/excluir) a partir da descrição, distinção, diferenciação e localização. A classificação, da Mata Seca no Norte de Minas, é exemplo expressivo dessa operação. A Mata Seca foi incluída na área de preservação da Mata Atlântica pelo Decreto Federal 6.660/2008. No ano passado, uma lei promulgada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Lei 19.096/2010, retirou-a da área de preservação ambiental da Mata Atlântica, e permitiu que a área remanescente de Mata Seca, protegida por lei federal, seja desmatada para atividades agrícolas e produção de carvão em até 70% da área coberta pela vegetação. Ou seja, a legislação estadual ficou mais permissiva do que a federal. Com essa supressão, o mapa dos "Biomassas de Minas Gerais", da Biodiversitas, foi alterado para atender interesses políticos, comprometendo-se a conservação da área. Abriram-se novos espaços ao apetite capitalista, para que

³Arena na qual uma variedade de forças e de processos operam para influenciar a estrutura e a dinâmica das atividades humanas (BRYANT e COPPACK, 1991). A expansão dos espaços periféricos e peri-urbanos geram uma multifuncionalidade: residencial, descanso pessoal e familiar, vizinhança, aproximação das relações do homem com o ambiente natural (GHIMIRE, 1997, 20), proteção dos recursos naturais e do patrimônio cultural, lazer e atividades recreativas, entre outras.

produtores do Norte de Minas e os novos assentamentos do Projeto Jaíba ocupem as margens do Rio São Francisco, à direita Jaíba e à esquerda agroindústrias. Na versão dos parlamentares, o que eles fizeram foi um esforço para preservar a mata seca sem inviabilizar o desenvolvimento econômico e social da região (Disponível em: <http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_799233.asp>. Acesso em: 05/10/2010).

A inserção ou reinserção, no movimento do capital, de frações de terras de menor interesse imediato para a economia, ou seja, sem atrativos expressivos para os setores de extração mineral/vegetal e/ou da indústria, perpassa a história das UCs no Brasil. Na disputa por espaços/usos e apropriações, inicialmente inscreve-se a extensão da UCs, ou seja, o que elas irão englobar, o que irão excluir. Que tamanho seria o ideal para garantir a conservação e a representatividade dos biomas? Em seguida, quando da real implementação da unidade, os impasses voltam-se para o deslocamento dos seus ocupantes (pagamento e valor das indenizações), para as restrições parciais ou integrais de uso/apropriação dos espaços e para a abertura à visitação pública, o que, muitas vezes, está condicionado à falta de infraestrutura. Os desafios de gestão/manejo são, portanto, agravados pela emergência de uma multiplicidade de conflitos e contestações.

Um mapa é portador de múltiplos discursos sobre o território, categoria que não é exclusiva da Geografia, como é o caso do "Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas Para Sua Conservação". A publicação teve sua primeira edição aprovada pela Deliberação Normativa nº 55, de 13/06/2002, do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e foi revista e atualizada em 2005. Ela deveria ter peso nas decisões e servir de exemplo ao que o Território envolve,

o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, 143/4).

O mapa evidencia seu caráter de convencimento sobre a realidade ou sua capacidade para fazer reconhecer as contradições políticas, econômicas e sociais presentes nessas representações, a despeito de sua aparente "neutralidade". Para Foucault (1979, 21)

Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas, que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber (...) Não há saber Neutro. Todo saber é político. E isso não por que cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele só serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas por que todo saber tem sua gênese em relações de poder. (FOUCAULT, 1996 [1979], 21)

Os mapas podem fornecer um aparente saber a respeito do espaço e supostamente proporcionar maior domínio sobre ele e “sobre as pessoas que ali vivem”, o que pode esvaziar o sentido do saber/apreender/conhecer o espaço (LACOSTE, 1988), que, extremamente dinâmico, contrapõe-se ao estático das representações. O mapa, um instantâneo de processos em ebulição, possui o seu entorno reconfigurado no momento mesmo de sua elaboração (DEL GAUDIO, 2003). Por exemplo, a intercessão com o entorno pode ser ilustrada pelas alterações previstas nos limites do Parque Estadual do Rio Doce, um importante remanescente da Mata Atlântica situado no Vale do Aço mineiro, que aconteceriam em decorrência da instalação do novo aeroporto da Usiminas (PEIXOTO, 2009). As alterações acabaram suspensas após denúncia de ambientalistas e cientistas quanto à degradação do parque e à indubitável pressão de urbanização ao longo dos 40 km da sua margem esquerda.

As mensagens transmitidas pelos mapas, de um sujeito para outro sujeito, a partir de objetos explicitados e ocultados, destinam-se a finalidades específicas, portanto, enunciam e interpelam (DEL GAUDIO, 2003). A interpelação é uma ilustração, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente ‘concreta’ para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento (PÊCHEUX, 1996, 149).

Nesse exercício, a legenda de um mapa comporta códigos, sinais para sua compreensão/incompreensão. No mapa, imagens precisas dos territórios fortalecem as noções de proximidade/distância e dissimulam processos históricos, sociais e econômicos, bem como as oportunidades para sua constante construção e/ou desintegração.

O maior entendimento das pessoas quanto à produção do espaço traz o mapa como um instrumento com potencial para incitar transformações que vençam a técnica/tecnologia: cada vez mais as pessoas os manuseiam efetivamente, conhecem como são elaborados e os sobrepõem em escalas distintas, precisando mais e melhor os objetivos e componentes neles representados. Nessa perspectiva, os mapas dirigem os sentimentos concernentes aos territórios que habitamos, reduzindo o estranhamento e a “linguagem cifrada”, em uma palavra, a dominação.

Escolher o que e como representar é ainda algo lento. Os mapas, ao representarem um espaço, podem “refletir/refratar” apenas parte do que o grupo vivencia ou quer “desvelar/ocultar”. Quando o mapa interpela, é preciso saber o que é tensionado, quem responderá à sua evocação e sob que condições se irá proceder (enquanto submetido ou qualificado), já que somente nos aproximamos do real. A qualificação implica o exercício de determinadas funções, na posse e exteriorização de certos modos de pertencimento: compreender-se no mundo e compreender o mundo. Tais processos, quando bem-sucedidos, simultaneamente submetem e qualificam os sujeitos. Submetem, na

medida em que o sujeito torna-se submisso ao poder do Sujeito, seja este o príncipe, a religião, o Estado, etc., e não questiona a ordem estabelecida, mas a ela adequa-se e a reproduz. Em paralelo, esses mecanismos favorecem o processo de qualificação dos sujeitos, por meio do qual eles podem se tornar Sujeitos mais ou menos autônomos e capazes de questionar e mudar certos ordens, ideologias e procedimentos estabelecidos (THERBORN, 1991).

É inquestionável, pois, o poder estratégico do planejamento e do mapeamento na produção de espaços e sujeitos. Os mapas podem qualificar e se apresentar como contraprojetos às decisões hegemônicas do capital, quando, ao partirem da mesma lógica (por ex., da Economia Política), dão visibilidade aos negligenciados. As múltiplas escalas trazem à tona momentos da vida: a valorização diferencial do espaço indo além de uma medida pontual nos marcos contábeis capitalistas. A coleção de mapas, em sua capacidade e lucidez política, deve dar respostas concretas a problemas concretos, captar na conjuntura as necessidades da comunidade de se reconhecer na contingência das limitações e mudanças de vento.

Um mapa, ao denunciar o modo de organização social, pode facultar uma nova leitura capaz de projetar, planificar, antecipar o que seja o mundo e transformá-lo naquilo que se deseja, e, assim, realizar o homem. No entanto, essas funções colidem com um capitalismo que se reedita sempre e não é diferente em períodos de crise; um capitalismo que está sempre a produzir espaços. O que faz dos elementos da natureza bens tão preciosos? O fato de a maioria das formas de vida necessitar deles simplesmente para existir. O que torna a natureza “um valor”? A sua esgotabilidade aparentemente incontestável. Portanto, tornar o debate sobre a degradação e finitude da natureza visível significa reposicionar o arranjo de/para lutas, um élan renovador para o mundo que demanda novas formas de pensar, já que a ideia de natureza é socialmente construída (ARAÚJO e COSTA, 2007, 5). Ela se explica pela história, através de seu processo de socialização dos sujeitos. Que concepções de natureza norteiam as práticas sociais atuais? A natureza é um fato. Existimos porque somos natureza.

Assim, a imposição de novas regras de uso e ocupação do solo, de comportamento e conduta, bem como a ausência de diálogo, geram/acirram resistências em adotá-las e o sentimento de não-pertencimento ao lugar. As restrições da legislação e a incompreensão acerca dos novos regulamentos e daquilo que passa a ser imposto guiam a insatisfação dos não-ouvidos ou dos que deles discordam. Muitas vezes, as pessoas não conseguem enxergar que são fragmentos num mosaico de conflitos. O lugar abarca todas as esferas da vida e incorpora necessidades, expectativas e desejos que compõem a existência humana. Portanto, o lugar é onde a vida acontece, onde experiências e vivências articulam-se às práticas sociais, é o espaço praticado, é onde se situa a vida cotidiana. As uni-

dades de conservação não são aqui pensadas como patrimônio, mas enquanto síntese que vai além do ponto de vista que nos coloca como civilizados em contraposição ao outro.

A expansão capitalista redefine os potenciais de áreas “pobres” contíguas ou próximas à metrópole, aprisionadas sob a condição do espaço como puro bem financeiro, espaço que é “imerso no movimento do capital como uma corrente de valor, que envolve toda ordem de especulações com a terra. Trata-se do controle de um direito sobre rendimentos futuros previstos” (DAMIANI, 2004, 41). As UCs são, para muitos, “espaços de reserva” às estratégias do capital, mas podem se tornar ainda espaços de contestação e conflito, de resistência. Dentre as estratégias do capital, encontram-se discursos e representações, que são acionados para legitimar a maior ou menor ocupação urbana.

A Mata da Borboleta, no Bairro Sion/Belo Horizonte, possui 32.000 m² de área totalmente cercada. Inaugurada em 1992, é um espaço que conserva as raridades da natureza. Para Lefebvre, a construção das “novas raridades” como reserva de valor para o capital passa pela perspectiva de finitude da natureza, da água, do ar, do petróleo, que é uma justificativa para a conversão de bens comuns em negócios e em mercadorias. Constrói-se ideologicamente não só uma ideia, mas a materialidade de um processo/ideia pela comercialização de áreas verdes, privatização das águas, políticas de “sequestro de carbono”, entre outros ardis. Dada a sua localização, o Parque Mata das Borboletas, apesar de ser percebido como raridade, tem sofrido degradações em seus mananciais de água e no plantio de árvores, devido, segundo moradores da região, ao carreamento de materiais das construções do entorno. E o Parque ainda corre o risco de deixar de ser uma área de preservação, caso seja aprovado o Projeto de Lei 820/2009, que trata do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo e revoga o artigo 14 da Lei 7.166, a qual classifica como Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) os lotes que pertencem à Mata das Borboletas (DUARTE, 2009).

Em nota, a Gerência de Comunicação e Mobilização Social da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas garante que o citado projeto de lei não prevê qualquer alteração no parque, que é consolidado como área de proteção ambiental pela Lei 8.137/2000, a qual, por sua vez, alterou as Leis 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996. Porém, no inciso IX do artigo 173 do texto do Projeto de Lei, disponível no site da [Câmara Municipal \(2009\)](#), consta que ficam revogados os parágrafos 1º e 3º do artigo 14 da Lei 7.166/96, que tratam justamente da proteção ao parque. Segundo a nota, a supressão do parágrafo 14 da Lei 7.166 somente é sugerida porque os mapas da Lei 8.137/00 abrangem a área, que continua como ZPAM (DUARTE, 2009).

Cada vez mais, no Brasil, as UCs de proteção integral, em especial, a categoria parque, têm sido vinculadas a processos de *compensação ambiental*. Os empreendedores podem se valer da sua cria-

ção ou investir em seus projetos de implementação, numa espécie de compensação pela degradação causada em outro local, numa transferência geográfica de passivos ou de benefícios. Nas propagandas divulgadas pelas empresas, os *selos verdes* também agregam valor econômico aos produtos dispostos no mercado. Governos estaduais e governo federal estipulam metas ambientais para atender a uma agenda global, aumentando o número de UCs em todo o país para que forneçam *serviços ambientais* ao urbano poluidor (MONTEIRO, 2010).

As UCs da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, vão ser deslocadas para as periferias, onde, supostamente, haveria para elas espaços disponíveis em termos de terras com menores preços. Porém, nas periferias, elas não são tão facilmente aceitas e despertam até mesmo conflitos. O discurso de progresso e modernidade em curso reconstitui o Vetor Norte através da instalação da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, a construção da Linha Verde; da instalação do Precon Park (ambiente de inovação e criatividade para receber empresas de tecnologia, um *Technopolis* de usos mistos com uma urbanização voltada à integração social) situado às margens da MG-424, entre os Municípios de Pedro Leopoldo e Confins, e também do *Evertech Park* (um parque de ciência e tecnologia), do Parque de Negócios Juventino Dias, do Parque Residencial *Granville* e de um parque esportivo), além da transformação do aeroporto de Confins em terminal industrial (PEREIRA e CAMPOS, 2009). Todos esses empreendimentos ameaçam gravemente a natureza até hoje preservada do Isidoro ou Granja Werneck⁴. A incorporação ao tecido urbano dessa área demanda um tipo de paisagismo, cuja instalação de equipamentos urbanos é justificada como “facilitadora” de sua apropriação. Além de todas as conseqüências nefastas à qualidade de vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte, esse movimento exige questionamentos: deve-se elaborar um paisagismo que artificialize as áreas protegidas (os parques urbanos, em Belo Horizonte, como o Parque do Córrego Primeiro de Maio inaugurado em 2008) ou mantê-las como “ninhos de passarinho”, sem intervenções? Num e noutro casos por quanto tempo elas conseguirão perdurar? Ademais, as UCs, dentre elas, as Reservas Particulares Ecológicas (RPE), são vistas como ilhas isoladas, e aparecem como algo sujo, que não se integram ao urbano, já que destituídas de equipamentos urbanos, ruas, casas, lojas, configurando-se como espaços marginais ou que abrigam marginais.

⁴ A Prefeitura de Belo Horizonte apresentou, em 23/04/2010, o Plano Urbano para ocupação da Região do Isidoro (PBH, 2010). A PBH pretende transformar a derradeira grande área não-ocupada da cidade na 10ª Regional de BH, permitindo a construção de 72 mil apartamentos, shopping center, hipermercado, escolas, postos de saúde, etc. A proposta altera padrões de urbanização de 10 km², dimensão superior à da Avenida do Contorno, que tem 8,9 km². Também mexe no berço onde tributários límpidos do Rio das Velhas e da Bacia do Rio São Francisco repousam. A proposta da PBH leva em conta a nova realidade da área verde e põe toda a extensão sob o rótulo de operação urbana consorciada. Sob os termos de uma lei especial, o poder público coordenará, com empreendedores, a melhoria da infraestrutura, a implantação de serviços básicos e a preservação ambiental. A prefeitura muda os parâmetros de ocupação: o Isidoro deixa de receber casas em terrenos de até mil m², para abrigar prédios em áreas de 5 mil m². Já os empreendedores se comprometem a dotar a área de infraestrutura e equipamentos públicos, num investimento total de R\$ 1,07 bilhão. (Disponível em: <<http://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/regi%C3%A3o%20do%20isidoro/>>. Acesso em: 03/01/2011).

Elas estão na contramão do progresso, da estética, do ambiente limpo. A fim de se evitar que as UCs tornem-se cada vez mais ilhas de exclusão, em um mar de "desenvolvimento", é imprescindível considerá-las em escala mais ampla (ecossistêmica) e deter-se na elaboração de um coerente planejamento regional.

A natureza reinventada sob a forma de paisagismo, estetizada, consoante à tese sempre viva do progresso como ornamento, inclui a natureza como signo de reprodução do capital, como objeto, produto e mercadoria, redefinindo seu sentido no plano da prática social. Sobre essa questão, Lefebvre (1983) elucida:

A problemática parcial relativa à 'natureza' resulta assim determinada: teoricamente, a natureza se afasta de nós, enquanto os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituem ou suplantam a verdadeira 'natureza'. Esses símbolos produzem-se massivamente e se vendem. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra converteram-se em símbolos da natureza ausente, converteram-se em sua presença fictícia e ilusória. Ao mesmo tempo, a naturalização ideológica se torna obsessiva (...) Todos os 'significados flutuantes' que são utilizados pela retórica prendem-se a sua re-presentação com o fim de dar-lhes sentido e conteúdo. Aquilo que já carece de sentido pretende voltar a tê-la utilizando o fetiche de 'natureza' (LEFEBVRE, 1983, 33-34).

No processo de reificação da natureza, ela é considerada ainda "como *commodity* a ser explorada", como externalidade (ARAÚJO e COSTA, 2007, 6), um mero fator de produção, passível de valorização monetária na medida em que só é "internalizada na ação humana via uma estrutura de preços e um regime regulatório escolhido arbitrariamente ou imposto" (HARVEY, 1996 *apud* ARAÚJO e COSTA, 2007, 6). "Mas como atribuir valor monetário à natureza" (ARAÚJO e COSTA, 2007, 6), se nela, em si, persiste o valor de uso, para além do valor de troca?

Assim, os desafios para as UCs perpassam, de início, a discussão sobre as relações entre homem/natureza e sua consideração como algo apartado dele, e, portanto, manipulável. A separação entre sociedade e natureza é uma construção social que historicamente atendeu a diversas razões: algo a ser adorado e temido, a ser apropriado e transformado, a ser redefinido pelas manipulações genéticas. A natureza é, a despeito de tudo isso, a base sobre a qual se edificam nossas crenças, nossa economia, nossas políticas e nossa própria existência.

Nessa possibilidade de concepção da natureza, reforça-se o uso do mapeamento e dos mapas como instrumentos de explicitação das alianças que discutem a função do Estado. Torna-se urgente a emergência de novos atores sociais, que devem começar a possuir seu próprio peso, exercendo o poder de veto à penetração, nas arenas estratégicas, de atores desengajados. A abertura a uma ação estratégica implica na criação de arenas de renegociação e de reinterpretação das possibilidades do

nível local (JUNEAU e BRYANT, 1997; MARTINEZ, 1997). O uso do mapa como ferramenta, aliado à escala local, amplia o entendimento das diversas realidades, pontuando suas contradições/conflitos a partir da vivência, da bagagem de vida trazidas pelos envolvidos, e se aproximando das interrelações do homem com seu meio. O mapa, muito além da forma, pode compreender os conteúdos que participam da produção de práticas espaciais, tornando-se o porta-voz do cotidiano em suas inquietações e ansiedades, pois desvenda a lida espacial cotidiana.

A necessidade que se instala é a da busca dos fundamentos para as mudanças, para os elementos concretos que favoreçam a interlocução, eis que o território constitui a matriz da vida social e política. Enfim, o importante é não nos limitarmos a ver o mundo pois, na maioria das vezes, esse ato não é suficiente por si só. Lacoste (1988, 256) coloca: « saber-pensar o espaço deve ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós ». Para as unidades de conservação e os mapeamentos, as permanências e conversões, as potencialidades e fragilidades são construídas com o descrever, analisar, o criticar, fornecendo mais de um caminho para o progredir, saindo de um mero olhar passivo para um ver ativo e de discernimento.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004, 294p.

ARAÚJO, Rogério P. Z. de; COSTA, H. S. M. *Conflitos e gestão ambiental no território municipal de Belo Horizonte*. Belém: *Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR*, 1-25, 2007.

BRASIL. SNUC. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Lei no. 9.985 de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA.

BRYANT, C.R. e COPPACK, P. M. The city's countryside. In: BUNTING, T. e FILION, P. (eds). *The Canadian City in Transition*, London: Oxford University Press, 1991, 209-39

DAMIANI, A.L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, A.F. e OLIVEIRA, A.U. de. (org.). *Geografias de São Paulo*, Representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 19-58.

DEL GAUDIO, R. S. O mapa enquanto discurso e o discurso do mapa: algumas questões. *Revista Ensaio*, 5 (2), 48-64, out. 2003.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1996 [1979].

GHIMIRE, K. Emerging mass tourism in the South - reflections on the social opportunities and costs of national and regional tourism in developing countries. *United Nations research institute for social development*, 1997

- IBAMA. *Parque Nacional das Sempre-Vivas*. Diamantina: IBAMA, 2007. snp. (mimeog.)
- JUNEAU, P. e BRYANT, C. R. Les parcs naturels régionaux français et l'aménagement du territoire rural vu de l'Amérique du nord: concept innovateur ou utopie conceptuelle? *Bulletin de la Société Languedocienne de Géographie*, 3-4, 1997, 29-43.
- LACOSTE, Y. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988. 263p.
- LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Rev. Bras. de Educação*, n. 19, 20-28, jan/abr, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. Madrid: Morata, 1983, 244p.
- MARTINEZ, A. G. *Métodos alternativos de manejo de conflictos – aplicaciones en materia ambiental*. México : Semarnap/ Cecadesu - PNUD, 1997
- MONTEIRO, Fernanda Testa. *Ideologias e Conflitos Ambientais no Espinhaço Meridional (MG): o Parque Nacional das Sempre-Vivas*. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFGM (Qualificação), 2010.
- MORAES, A. C. R. (1997). *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 100p.
- PÁDUA, J. A. A Ocupação do Território Brasileiro e a Conservação dos Recursos Naturais. In: MILANO, M., TAKAHASHI, L. e NUNES, M. (Org.). *Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário, 2004, v. 1, p. 12-19.
- PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 143-152.
- PEREIRA, D. B. e CAMPOS, L. A. A Linha Verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte - projeto de modernidade e empreendimentos. *Geografias (UFMG)*, v. 5, p. 50-64, 2009.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993, 270p.
- SANTOS, Milton. *Milton Santos pensador do Brasil*. Rio de Janeiro: Caliban. Filme de Sílvio Tandler, 2001
- SEABRA, O. C de L. *Urbanização e fragmentação*. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. São Paulo: USP/FFLCH, Tese de Livre-docência, 2003.
- _____. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 71-86, 1996.
- THERBORN, Göran. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. México: Siglo Veintiuno Ed. 3ª. Ed. 1991[1987].
- ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI,

K. & PEREIRA, D. B. (Orgs). *A Insustentável leveza da política ambiental* – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

Sites consultados:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Plenário aprova projeto que regulamenta uso da mata seca, 16/06/2010 (Disponível em: <http://www.almg.gov.br/not/bancodenoticias/not_799233.asp. Acesso em: 05/10/2010).

ASSOCIAÇÃO DE RPPN E RESERVAS PRIVADAS DE MINAS GERAIS. Rede de Conservação de Terras Privadas no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (MG) (Disponível em: <http://www.arpemg.org.br/modules/AMS/article.php?storyid=3>. Acesso em: 08/01/2011).

BAIRROS DE BELO HORIZONTE. Região do Izidoro. (Disponível em: <<http://bairrosdebelohorizonte.webnode.com.br/regi%C3%A3o%20do%20izidoro/>>. Acesso em: 03/01/2011).

CMBH. Em 2009, Comissão realizou 20 audiências, Código de Posturas; sobre a situação do Parque Mata das Borboletas; e as propostas que alteram o Projeto Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano do Município, respectivamente (Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=34895&Itemid=126&nj=1>. Acesso em: 04/01/2010).

DUARTE, Elemara. Mata das Borboletas sob risco Morador organiza abraço simbólico contra degradação. HOJE EM DIA, 3/12/2009, (Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/mata-das-borboletas-sob-risco-1.47006>>. Acesso em: 07/01/2010).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA transforma 7,5 milhões de hectares em unidades de conservação, (Disponível em: <<http://mma.gov.br>>, 10/ 03/2010. Acesso em: 05/01/2011).

MORGAN, Gareth. Simulador da Terra Viva quer simular o planeta inteiro, BBC - 29/12/2010. 29/12/2010. Online. SITE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. (Disponível em: <www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=simulador-terra-viva-quer-simular-planeta-inteiro>. Acesso em: 03/01/2011).

PEIXOTO, PAULO. Parque do Rio Doce: Usiminas desiste de construir aeroporto próximo a parque após pressão de ambientalistas. *Agência Folha*, em Belo Horizonte, 19/03/2009 (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u537627.shtml>>. Acesso em: 07/01/2011).

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. PBH apresenta plano para ocupação da região do Isidoro, 23/04/2010, (Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/busca.do?busca=isidoro&evento=Ok>>. Acesso em: 02/05/2010).

_____. *Plano urbano para ocupação da região do Isidoro*, (Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=36516&chPlc=36516&termos=isidoro>>. Acesso em: 02/05/2010).